



CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

CURSO DE PSICOLOGIA

CAMILA CÁSSIA CARVALHO SILVA

A SOLIDÃO DA MULHER PRETA

SÃO JOÃO DEL-REI - MG

2023

CAMILA CÁSSIA CARVALHO SILVA

A SOLIDÃO DA MULHER PRETA

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profª Mestra. Jessika Pereira Damásio.

SÃO JOÃO DEL-REI – MG

2023

Aos meus pais que sempre me incentivaram,
em todo o percurso desse curso. Ao meu
namorado, meu irmão, amigos e familiares que
de alguma maneira, direta ou indiretamente,
contribuíram para que esse sonho se tornasse
possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pela minha vida e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho. Aos professores, pelas correções e ensinamentos, que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional. Agradeço ao meu coordenador, a professora Jessika Damásio por ter aceito me acompanhar neste projeto como orientadora; o seu empenho foi essencial para a minha motivação à medida em que as dificuldades iam surgindo ao longo do percurso. Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer, não só como pessoa, mas também como formanda. Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

*"Ser mulher preta significa carregar a dor de
uma história de opressão que ainda não
acabou. Mas também significa carregar a
força de uma resistência que nunca será
vencida" (Lélia Gonzalez).*

A SOLIDÃO DA MULHER PRETA

Camila Cássia Carvalho Silva¹

Jessika Pereira Damásio²

RESUMO

A preferência por mulheres brancas em relação a mulheres pretas, enquanto escolha como potenciais parcerias afetivas e sexuais, vem da ideia de que as mulheres pretas são preteridas por uma construção social pautada no racismo estrutural e em fatores históricos e sociais. Este artigo tem como objetivo entender como a mulher preta é atravessada em seus relacionamentos afetivos e sexuais perpassados pelo racismo estrutural brasileiro levando-a à solidão. Como referencial teórico principal foram utilizados para abordar o fenômeno da solidão da mulher preta, estudos que incluem a perspectiva teórica e metodológica e enfatiza a produção contemporânea de autoras feministas negras, interseccionais e brasileiras. Deste modo, foi abordado, de maneira breve, um panorama sobre a construção social da mulher preta e incidências coloniais, que propiciaram uma série de especificidades e precariedades no campo da afetividade. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com o intuito de melhor compreender, tanto a profundidade dos fenômenos estudados, quanto aos sujeitos, comportamentos e percepções relacionados a eles. Buscou-se abordar de maneira breve um panorama sobre a construção social da mulher preta perpassada pelo racismo estrutural tendo como consequência, experiências de solidão. Foram utilizadas entrevistas individuais, verbalizadas, semiestruturadas, dando maiores possibilidades de o pesquisador buscar informações que julgar pertinente ao problema de pesquisa em questão. Concluiu-se que a solidão da mulher preta tem sua origem no racismo estrutural, no estereótipo criado para a mulher preta pela sociedade e pelo histórico social em que os pretos foram inseridos através da escravidão.

Palavras-chave: Mulher preta. Solidão. Racismo Estrutural. Feminismo Negro. Interseccionalidade.

¹ Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.
E-mail: camilasilva30854@gmail.com

² Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.
E-mail: jessika.damasio@unitan.edu.br

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem uma visão sobre a mulher preta ligada à subjugação de seus corpos. Sendo reconhecidas através da erotização sexualizada de sua existência e como trabalhadoras braçais ligadas a prestação de serviços como faxineiras, empregadas domésticas ou diaristas. As mulheres pretas costumam ser preteridas pelas mulheres brancas, não sendo vistas como possíveis parceiras e sim como parte apenas de relacionamentos passageiros. Essa visão é fruto de uma história de racismo e sexismo que o Brasil carrega desde sua colonização. As mulheres pretas foram escravizadas e submetidas a trabalhos forçados durante séculos, sendo que, mesmo após a abolição da escravidão elas continuaram a ser discriminadas e marginalizadas.

As mulheres pretas pertencem a um grupo minoritário desde a época da escravidão. Elas têm sido vítimas de discriminação sistemática e violência racial. Essa herança histórica de opressão e desigualdade ainda afeta a vida dessas mulheres nos dias de hoje. Elas são mais propensas a enfrentar obstáculos em várias áreas da vida, como educação, emprego, saúde e acesso à justiça. A desigualdade racial se manifesta de forma complexa, interseccionando-se com outras formas de opressão, como o sexismo e a pobreza (HOOKS, 1981).

A discriminação se reflete na forma como as mulheres pretas são representadas na mídia e na cultura popular, frequentemente erotizadas e sexualizadas e raramente retratadas como protagonistas ou personagens complexas. Esses estereótipos têm um impacto negativo na vida das mulheres pretas. Elas são mais propensas a serem vítimas de violência sexual e doméstica, e menos propensas a serem contratadas para empregos e posteriormente serem promovidas.

Destaca-se que esta pesquisa foi desenvolvida através do atravessamento e interseccionalidade entre objeto e pesquisador. Uma vez que este artigo discute um tema que como responsável pela autoria do mesmo, conheço muito bem, por enquadrar no sujeito de pesquisa: a solidão vivida pela mulher preta. Como mulher preta tenho uma vasta experiência para compartilhar. Desde a dificuldade em aceitar meu cabelo crespo, até ser excluída de grupos de trabalho na escola e também o fato de ser sempre uma das últimas a ser escolhida. Além disso, enfrentei o desafio de não ser reconhecida em relacionamentos afetivos.

Desse modo, a partir do tensionamento teórico entre a revisão bibliográfica e as entrevistas realizadas, pode-se perceber que a solidão da mulher preta tem sua origem no racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). Forjando estereótipos para mulher preta, desde o histórico social da escravidão que foram reproduzidos e naturalizados pela mídia na sociedade.

Cabe ressaltar que este trabalho não pretende esgotar a temática, mas contribuir para a valorização da devida importância nos fenômenos sociais de levantados para o campo da Psicologia.

1 RACISMO ESTRUTURAL E A MULHER PRETA

Um dos marcadores históricos do conceito de raça foi a teoria da seleção natural. Essa teoria definiu fortemente o pensamento de vários teóricos dos séculos XVIII e XIX, como Charles Darwin (1809-1882) e Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829). Nesse cenário, estes pensadores compartilham da ideia do determinismo biológico para conceituar a raça, classificando os grupos humanos em civilizados e não civilizados, a fim de sistematizá-los em categorias inferiores, implicando aos sujeitos não racializados, ou seja, os brancos, o topo da pirâmide racial. É assim que a ideia de raça foi estruturada ao longo da história e reafirmada pela ciência (GOULD, 1999).

As raízes históricas e biológicas das quais os humanos surgem e se constituem são geralmente do mesmo tipo que as outras espécies. Para Darwin, as espécies animais são portadoras de conflitos entre os seus membros desde o desenvolvimento da teoria da evolução. Esse conflito é traduzido na relação daquele que domina, o mais forte, ou seja, é um conceito fundamentado nas leis da seleção natural. No Brasil, o conceito de raça baseava-se em critérios fenotípicos e socioeconômicos, como riqueza e escolaridade. Por outro lado, as teorias racistas de base eugenista desenvolvida por Francis Galton (1822-1911)³ se opunham às tentativas de vinculação afetiva e sexual entre diferentes raças, acreditando na possibilidade de degeneração física, psicológica e social dessas pessoas (PACHECO, 2013).

Segundo Almeida (2018), o racismo pode ser definido por três conceitos: individualista, institucional e estrutural. O racismo estrutural aborda sistemas de opressão que vão além do mero desenho das instituições. Por se tratar de uma estrutura, é importante ressaltar que o racismo não está apenas no nível da consciência, a estrutura é inerente ao inconsciente. Está no cerne da sociedade e, portanto, transcende o âmbito institucional porque é capaz de perpetuar, reproduzir e recriar a desigualdade e relações de privilégio.

O racismo é um problema profundamente enraizado em nossa sociedade, que se manifesta através do preconceito e da opressão de determinados grupos com base em sua raça.

³ A eugenia é apresentada por Galton como a ciência que fornece base teórica para compreender os como as características são transmitidas entre as gerações, defendendo que tanto os indivíduos como os grupos ou as etnias herdavam de forma diferente as habilidades mentais (Del Cont, 2008).

Essas práticas discriminatórias têm sido historicamente aceitas e perpetuadas pelas instituições, resultando em desigualdades raciais persistentes. É crucial reconhecer que a responsabilidade pelos atos racistas não deve ser atribuída somente aos indivíduos, mas também às estruturas sociais, políticas, jurídicas e econômicas que permitem a perpetuação dessas desigualdades (ALMEIDA, 2018).

Segundo um estudo recente do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em junho de 2022, o sistema carcerário brasileiro abriga, atualmente, a impressionante cifra de 820.689 indivíduos e desse total, 67,4% são negros, representando um aumento de 3,4% em comparação a 2021. Além das manifestações de injustiça racial que permeiam a sociedade brasileira, o racismo se manifesta de forma direta e indireta, com pessoas agindo de forma discriminatória, às vezes, sem perceber, ou seja, há uma naturalização do racismo na sociedade brasileira. Desta forma, é importante reconhecer a existência desse tipo de discriminação estrutural, uma vez que se apresenta como norma na maioria das regiões, estando enraizada como parte do tecido histórico do país (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Numa abordagem de recorte racial, Silvio Almeida (2018) conceitua o racismo como elemento organizador da sociedade que integra política e negócios. Para os conceitos relacionais e históricos, o racismo estrutural gerado pela colonização e as noções de raça são condicionadas por relações de poder, conflito e tomada de decisão. Para revelar tais estruturas, a interseccionalidade⁴ com orientações metodológicas neocoloniais⁵ deve ser explorada para as identidades subalternativas impostas ao preconceito, subordinação e opressão modernamente estruturadas colonialmente, servindo como ferramenta de crítica política. Juntos, eles influenciam as estruturas do racismo, do capitalismo e do patriarcado (AKOTIRENE, 2020).

O paradigma metodológico interseccional é um aliado das mulheres pretas, uma vez que o mesmo provem do movimento feminista preto. Partindo da perspectiva da subalternidade como forma anti-hegemônica de intervenção, o método interseccional visa explorar e reconhecer as combinações e intersecções de opressões que atuam nas relações afetivas das mulheres pretas. Ganhando um lugar específico ao relacionar as questões e opressões de gênero, sexualidade, raça e classe. A interseccionalidade também é alavancada como uma teoria importante para refletir novos marcos civilizacionais, pluralidades, críticas e complexidades na sistematização do conhecimento (PACHECO, 2013; RIBEIRO, 2016).

⁴ Interseccionalidade é a interação entre dois ou mais fatores sociais que definem uma pessoa. Questões de identidade como gênero, etnia, raça, localização geográfica ou mesmo idade não afetam uma pessoa separadamente (AKOTIRENE, 2019).

⁵ Neocolonialismo é como ficou conhecido o ciclo de colonização que se iniciou no século XIX e levou à ocupação dos continentes africano e asiático (AKOTIRENE, 2019).

Como aplicação, a interseccionalidade é entendida através de três pontos principais: gênero, etnia e raça. Partindo da conceituação do problema para tentar entender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre esses três pontos (ASSIS, 2019). Em particular, busca-se identificar como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam as desigualdades fundamentais que constroem as categorias naturalizadas de mulher, raça, etnia, classe e outros status relativos à organização da sociedade (CRENSHAW, 2002).

Nessa compreensão das estruturas de pensamento sociocultural e na experiência emocional, Geertz (2001) sugere que o sujeito interposto, no caso desta pesquisa, a mulher preta, participa simbolicamente e se baseia em uma variedade de mecanismos de controle que orientam seu comportamento, experiência emocional e construções culturais. Desse modo, os fenômenos sócio-históricos e estruturais como o racismo, não só coexistem com a realidade atual, mas, convivem na realidade com outros sistemas discriminatórios naturalizados e reproduzidos, socialmente, culturalmente, bem como nos comportamentos de afetos de cada sujeito.

2 IDENTIDADE E HISTÓRIA DAS MULHERES PRETAS

A história das mulheres negras no Brasil, desde que chegaram do continente africano até os dias atuais, se caracteriza pela solidão, retrocessos em lutas de resistência, não pertencimento, não atribuição e desencontros na convergência de direitos. Vale ressaltar, que quando essa mulher chegou ao Brasil como escrava, ela vinha de uma situação completamente diferente. Na África a organização socioeconômica das tribos garantia à mulher a liberdade de ir e vir em termos de mobilidade social e econômica. Essa possibilidade torna a mulher mais independente do que o modelo monogâmico⁶ imposto na colonização. As mulheres africanas controlavam grande parte do suprimento de alimentos, levantavam o dinheiro e negociavam em mercados remotos e importantes. No campo emocional, o papel da mulher é considerado importante como esposa e como mãe (SOUZA, 2008).

Segundo Santos (2002), no período da escravidão brasileira, a cor preta foi naturalizada como representante do pecado, da morte e da corrupção. Já o branco, a alegoria de paz e pureza. Essas representações vão fundamentar o colorismo racial dos sujeitos e sua implicação social,

⁶ “Como a mulher é um ser inferior para a sociedade ocidental, é desprezada, a instituição da monogamia é para evitar que o homem (o ser superior) tenha contato com muitas delas. Já na cosmovisão africana a mulher é sagrada, por isso a poligamia garante que o homem esteja rodeado de sacralidade” (SILVEIRA, 2021, p. 88).

tal associação pode ser vista quando considerado os traços raciais, como cabelos cacheados, cor escura como oposição religiosa à conversão ao catolicismo e indicação de uma moral questionável, justificando, assim, a escravidão e a colonização. Desse modo, no Brasil, o significado do termo negro depende diretamente da perspectiva de quem o utiliza, ou seja, para entender a versão existente do termo negro precisamos saber quem utiliza e como é utilizado.

A população do Brasil é diversa e composta, em sua maioria, por afrodescendentes (pretos e pardos). O termo "afrodescendente" abrange uma ampla gama de pessoas que têm ancestralidade africana e foram espalhadas pela diáspora ao redor do mundo. Ao reconhecer e usar o termo "afrodescendente", estamos promovendo uma consciência maior sobre a história, a cultura e as lutas enfrentadas por essas comunidades. O emprego do termo "afrodescendente" incentiva as nações a revisarem suas relações históricas com os povos africanos e a diáspora africana, levando em consideração o legado da escravidão, da opressão e da discriminação racial. Isso implica uma reflexão crítica sobre as desigualdades sociais e estruturais que persistem até hoje (ROCHA, 2010).

O conceito de "colorismo" funciona como um espectro de cores dentro da população negra, em que os indivíduos de pele mais clara podem desfrutar de certos privilégios raciais em comparação com aqueles de pele mais escura. Carneiro (2016) usa termos como "afrobege" ou "afroconveniente" para descrever a suspeita criada em relação à autenticidade da identidade negra desses indivíduos pardos ou de pele clara. O colorismo é um fenômeno complexo que ocorre dentro das comunidades negras, onde o tom de pele pode influenciar nas oportunidades e no tratamento recebido. Em muitas sociedades, incluindo aquelas com histórico de colonialismo e escravidão, a pele mais clara é frequentemente valorizada e associada a características consideradas mais desejáveis como beleza, inteligência ou status social. Por outro lado, a pele mais escura pode ser estigmatizada e associada a estereótipos negativos (CARNEIRO, 2016).

Essa hierarquia de tons de pele dentro da comunidade negra pode levar a situações em que pessoas de pele mais clara são favorecidas em relação àquelas de pele mais escura, tanto dentro da comunidade quanto em interações com outras raças. Isso pode resultar em privilégios percebidos ou reais para os indivíduos mais claros e criar uma desconfiança em relação à autenticidade de sua identidade racial. O uso dos termos "afrobege" ou "afroconveniente" parece ser uma crítica àqueles que são vistos como transeuntes do espectro do colorismo para obter vantagens ou se distanciar de sua identidade racial negra. No entanto, é importante reconhecer que a experiência do colorismo pode variar significativamente de acordo com o contexto cultural e histórico, e que o conceito de identidade negra não se limita apenas ao tom

de pele, mas abrange uma ampla gama de experiências e identificações culturais (RODRIGUES, 2020).

A análise de Aníbal Quijano (2005) sobre a colonialidade do poder, conforme descrita em seu trabalho de 2005, aborda a maneira de como o poder mundial capitalista foi estabelecido e mantido ao longo da história, especialmente durante o período colonial. Quijano (2005) argumenta que essa forma de poder é moderna, colonial e eurocentrada, e que sua estrutura se baseia na criação da ideia de raça. Segundo Quijano (2005), a ideia de raça foi elaborada para justificar a dominação dos colonizadores sobre os colonizados, fornecendo uma suposta justificativa biológica para a hierarquia e desigualdade social estabelecida durante a era colonial. Essa construção da raça, como uma categoria biológica e a classificação dos colonizados como inferiores serviram para naturalizar a exploração e a opressão das populações colonizadas. A colonialidade do poder, não se limita ao período colonial, mas continua a influenciar as estruturas de poder e as relações sociais até os dias atuais. Quijano (2005) argumenta que essa colonialidade persiste mesmo após a independência formal dos países colonizados, permeando instituições, práticas sociais, formas de conhecimento e a própria subjetividade dos indivíduos.

A análise de Quijano (2005) busca desvelar a lógica subjacente ao sistema mundial capitalista que se baseia na exploração e na subordinação de certos grupos em relação a outros. Sua crítica à colonialidade do poder enfoca o eurocentrismo e a construção da ideia de raça como mecanismos fundamentais na manutenção dessa ordem desigual. Ao destacar esses aspectos visa contribuir para a compreensão das estruturas de poder presentes nas sociedades contemporâneas e fomentar a luta contra a opressão e a injustiça (MAIA; MELO, 2020).

Sueli Carneiro (2011) faz uma referência a uma obra escrita por Kabengele Munanga, intitulada "Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra". Nesse livro, o autor discute a questão da "dor da cor" e chama atenção para a forma como a identidade de pessoas negras de pele clara têm sido manipulada ao longo da história brasileira.

Desde os tempos sombrios da escravidão, houve uma valorização da pele mais clara em detrimento da pele escura. Essa valorização tinha como objetivo promover o branqueamento da população, uma vez que a miscigenação entre brancos e negros era vista como uma forma de "melhorar" a raça brasileira, tornando-a mais próxima do ideal branco. Para alcançar esse objetivo, a sociedade brasileira criou termos como "mulata/os", "morena/os" e outros para se referir às pessoas negras de pele clara, sem mencionar explicitamente sua negritude. Esses

termos eram usados para camuflar a identidade negra e promover a ideia de uma miscigenação harmônica e desracializada.

No entanto, Carneiro (2011) argumenta que essa manipulação da identidade de negras/os de pele clara é uma forma de negação da negritude e causa uma "dor da cor". Essa dor está relacionada à negação da própria ancestralidade e à internalização de padrões estéticos eurocêntricos, que rejeitam e discriminam a negritude. Assim, o conceito de "a dor da cor" introduzido por Carneiro (2011) destaca a necessidade de enfrentar e questionar essa manipulação da identidade, reconhecendo e valorizando a negritude em todas as suas nuances e tonalidades de pele.

O estudo de Seade (1992) sobre famílias e pobreza na cidade de São Paulo considerou o componente de cor de quase todas as variáveis estudadas: habitação, trabalho, educação, família, fertilidade e muito mais. No entanto, ao escolher o termo negro, ele não fez distinção entre preto e negro. O preto refere-se apenas à cor. Também não incluía negros pardos. Assim, preto tornou-se sinônimo de negro neste estudo, que manteve quatro categorias: Branco, Preto, Pardo e Amarelo.

Outro aspecto é o uso dos termos negros e extremistas negros brasileiros pela comunidade branca. Um estudo feito por Yvone Maggie (1988) para o “Catálogo do Centenário da Abolição” constatou que o termo negro foi usado em contextos puramente culturais, como os que ocorrem durante as comemorações do centenário. Isso mostra que eles parecem ganhar isomorfismo, ou seja, culturas negra e branca parecem ser produtos culturais equivalentes e suas diferenças não implicam subordinação e influência (CARONE; BENTO, 2016).

Esses são apenas alguns exemplos dos aspectos históricos da escravidão preta que foram internalizados na sociedade, principalmente entre os pretos. Assim, temas de desvalorização, complexos de inferioridade e alienação da própria história emergem no imaginário social e passam a fazer parte da identidade preta no Brasil. Acima de tudo, é importante destacar o impacto da escravidão e do racismo nas mulheres pretas, que historicamente foram vistas como mercadorias econômicas ou sexuais.

Segundo Hooks (1981), o sexismo colonial fazia parte da ordem social e política vigente, com os proprietários de plantações não apenas produzindo filhos escravizados, mas também as mulheres trabalhando como cozinheiras, babás e empregadas domésticas, reconhecendo o potencial econômico das escravas que poderiam se tornar servas.

Mulheres pretas escravizadas no convés dos navios negreiros eram alvos fáceis para homens brancos que podiam escolher abuso físico e tortura como forma de subjugação. Outra forma de violação vivenciada pelas mulheres pretas vinha do estupro por iguais, ou seja, como

forma de reprodução do terror e controle da escravidão, rebeldes pretos, uma vez submetidos, implicavam no cotidiano das senzalas a violência contra as mulheres, tendo como característica a violência sexual como forma de subjugação (HOOKS, 1981).

Dessa forma é importante notar que ainda se faz muito necessário ampliar a quantidades de pesquisas acadêmicas com a temática da opressão das mulheres pretas, de acordo com Hooks (1981), porque o foco principal da historiografia é sobre os efeitos da escravidão sobre os homens pretos.

Nas condições brutais da escravidão, as mulheres pretas são vulneráveis à humilhação legal e social. Esses aspectos simbólicos são relevantes para a pesquisa aqui proposta. Porque fornecem um cunho histórico da identificação social da mulher preta. As mulheres pretas, anos após sua escravização, ainda são sinônimos do sujeito e formam a base hierárquica do trabalho (SOUZA, 2008).

Segundo Fanon (2009) os negros são socialmente vistos como tendo um corpo com expressão sexual. As mulheres pretas são vistas como corpos ativos e possíveis de sexualização e não como opção de casamento. Nesse nível social, as mulheres pretas são vistas como um status negativo. As mulheres pretas "não são as parceiras afetivas preferidas de homens pretos ou brancos para estabelecer relações afetivas estáveis [...] Dessa forma, as mulheres pretas foram relegadas a situações de solidão" (PACHECO, 2008, p. 2).

Para as mulheres pretas, o ideal de clareamento representa um duplo impacto: sofrem tanto de marginalização quanto de violência simbólica. No caso de Frantz Fanon (2009) uma das causas seria o "erotismo emocional"⁷ das relações sexuais das mulheres pretas ou multirraciais, brancas e pretas.

Nessa perspectiva, Fanon (2009) critica a relação entre pretos e brancos a partir do conceito de glorificação racial que "uma linha de mutação vai dos pretos aos brancos". Ser branco é ser rico, bonito e inteligente" (FANON, 2009, p. 60). A perspectiva crítica de Fanon (2009) fornece uma abordagem fundamental para o problema da assimilação da inferioridade preta, incentivando os pretos a acreditarem na necessidade de se conformar aos valores brancos sem uma visão do contexto histórico. Munanga (2009) cita o conceito de branqueamento como uma 'saída preta' que ocorre principalmente através da assimilação de valores culturais brancos. Portanto, "os pretos se vestem como europeus e consomem comida estrangeira" (MUANGA, 2009, p. 38). No Brasil, o branqueamento é frequentemente reverenciado como um problema do preto que busca familiarizar-se com o branco buscando se afastar de suas características

⁷ A mulher preta em Fanon seria essencialmente determinada por um "erotismo afetivo" que trai o projeto político negro ao desejar o homem branco (Fanon, 1968).

raciais (CARONE; BENTO, 2016). Uma das formas de familiarização é a aproximação linguística.

A linguagem é interpretada por Fanon (2009) como uma oportunidade para o preto sair de um lugar colonizado e, assim, de seu complexo de inferioridade. Para ele, “todos os povos colonizados, ou seja, todos os povos cujo complexo de inferioridade surgiu por causa de suas peculiaridades culturais enterradas, estão diante da linguagem das nações civilizadas, ou seja, da cultura metropolitana” (FANON, 2008, p. 34).

Através da assimilação linguística, no sentido mais amplo os aspectos estruturais da cultura, bem como a linguagem, os pretos chegarão mais perto de se assimilar com os brancos. Ao recriar os valores da cultura branca, o preto rejeita seus próprios valores e usa seus maneirismos, fala, preferências e pontos de vista dos outros para abrir portas que estiveram fechadas por séculos.

O branqueamento, fruto de teorias e práticas racistas, interfere na maioria dos produtos da identidade racial⁸, exceto os estudos mais recentes, que têm mostrado uma consciência racial muito precoce e contraditória, mas nunca negada. Aqui, destacam-se os trabalhos de Souza (1983), Teixeira (1992) e Oliveira (1992), em que essa percepção e suas contradições são muito claramente expostas pelos entrevistados, mesmo sendo trabalhadores de todas as idades e jovens, estudantes, ativistas ou não (CARONE; BENTO, 2016).

Como autora deste trabalho e mulher preta, cabe aqui o recorte que passa pela minha experiência e corpo racializado. Minha jornada tem sido marcada por experiências únicas e desafiadoras. Desde a infância enfrentei obstáculos relacionados à aceitação do meu cabelo crespo e à exclusão em grupos de trabalho escolares. No entanto, essas adversidades me permitiram desenvolver uma força interna e uma resiliência que moldaram minha identidade e me impulsionam a lutar por igualdade e inclusão. A aceitação do cabelo crespo é uma grande dificuldade e desde cedo, fui exposta a padrões de beleza eurocêntricos, nos quais o cabelo liso era considerado o ideal. Aliso o meu cabelo e uso megahair atualmente, não para me encaixar nesses padrões, ignorando a beleza natural dos meus fios afro, mas por essas dificuldades de aceitação.

Outra experiência marcante que vivenciei como mulher preta foi a constante exclusão em grupos de trabalho escolares. Muitas vezes fui deixada de lado ou escolhida por último, sendo subestimada por meus colegas devido à cor da minha pele. Essa exclusão não apenas afetou minha autoestima, mas também prejudicou minha participação e contribuição nos

⁸ Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política (OLIVEIRA, 2004).

projetos escolares. No entanto, essa adversidade me ensinou a ser resiliente e a buscar outras formas de me destacar academicamente. Através da persistência e do desenvolvimento de habilidades individuais consegui superar essas barreiras e conquistar meu espaço.

3 A SOLIDÃO DA MULHER PRETA

Quanto a sociedade, o mercado matrimonial e a demografia de nosso país nos levam a acreditar em uma realidade onde as mulheres brancas levam enormes vantagens. A categoria preta tem um número proporcional de mulheres e homens. Porém, as mulheres brancas que se destacam em seu próprio grupo podem se transferir para o outro grupo “das mulheres negras” e disputam posições privilegiadas por diversos motivos. Dessa forma, as desvantagens que as mulheres pretas encontram nas relações com as mulheres brancas nas questões conjugais são latentes e sugerem a intercessão de fatores sociais. Historicamente, as mulheres pretas eram libertadas antes dos homens pretos por causa dos tipos de empregos envolvidos na produção agrícola. Como resultado, no século 19, as famílias pretas no Brasil eram predominantemente chefiadas por mulheres, pois os homens pretos eram cada vez mais marginalizados (OLIVEIRA; SANTOS, 2018).

Dessa maneira encontram-se diversas mulheres negras, que em sua maioria são mães solteiras e exercem todas as funções, exceto tarefas domésticas e trabalho. Estatisticamente, o último censo brasileiro (BRASIL, 2010) mostra que homens pretos são menos propensos a votar em mulheres pretas (39,9%) do que homens pretos (50,3%).

Historicamente e culturalmente, traços fenotípicos de mulheres pretas têm sido associados a padrões negativos e racistas, como salienta diversas expressões popularizadas, como: “Cabelo Ruim”, “Cabelo Bombрил”, “Nariz de Batata” e “Beijo de Nego”. Além disso, as mulheres pretas são hipersexualizadas e associadas a trabalhos braçais com total desconsideração por suas necessidades sexuais e emocionais como seres humanos. Vistas em outra perspectiva, as mulheres brancas são associadas a uma imagem mais aceitável no imaginário da sociedade. Seu estereótipo se enquadra ao que seria o padrão para estar num relacionamento afetivo. Diante do exposto, é inegável inferir que as relações afetivas brasileiras não são direcionadas unicamente por questão de gosto. Os desejos afetivos e sexuais são atravessados por princípios racistas construídos socialmente e, por isso, as mulheres pretas são costumeiramente preteridas (SILVA, 2021).

Do ponto de vista estético, referente aos padrões de beleza impostos pela sociedade, as mulheres negras sofrem de sentimentos de clareamento em decorrência de ideologias que as

rebaixam e não só as mulheres negras, mas também os homens vivenciam esse processo. Assim, as construções da identidade coletiva negra são desmanteladas e “colonizadas” pelos ideais de beleza dos brancos e nesse processo de busca de aceitação e esclarecimento de sofrimento (SILVA, 2021).

Dessa forma, além do marcador de raça e gênero, o poder econômico marca a afetividade que essa mulher preta pode receber. Sendo escolhida como parceira somente se o poder aquisitivo do homem for maior ou correspondente ao dessa mulher; o que deixa a vista os padrões de homem herói como aquele que salva a mulher de uma vida de solidão e também como o homem rico que dá condições a “sua” (enquanto propriedade) mulher e não a desampara em um mundo miserável (SILVA, 2021).

Quando relatamos os padrões estéticos existentes na sociedade atual e a necessidade de aceitação que as mulheres pretas passam diariamente quanto a questões físicas e intelectuais é importante citarmos o complexo de inferioridade. Este se trata de uma presença constante na vida de muitas pessoas e, no caso da violência doméstica, adquire uma dimensão ainda mais avassaladora, trazendo consigo também a humilhação e alimentando ainda mais esse complexo de inferioridade (PAIVA et al., 2017). Ao citarmos a solidão da mulher negra e a não escolha de uma para um casamento, temos, como resultado, a permanência dessas mulheres em relacionamentos abusivos que não apenas as coloca em conflito com a solidão, mas também desafia o ideal socialmente imposto de que para serem consideradas completas, as mulheres devem se casar.

Dessa forma, a mulher preta passa por mais uma grande problemática, onde a mesma precisa ser aceita em uma sociedade repleta de padrões, precisa enfrentar o preconceito de não ser suficientemente boa para um casamento e aliado a isso, o fato de a sociedade pregar que uma mulher completa é aquela que tem um casamento. De acordo com o exposto, podemos perceber que a problemática da solidão da mulher negra perpassa pelas raízes históricas e segue sendo reafirmada pela sociedade atual. Onde as cobranças, o julgamento e o preconceito ainda são disseminados e cada vez mais impostos a ela.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa, delineada qualitativa, teve como objetivo compreender como a construção da mulher preta calcada no racismo estrutural brasileiro influência nas vivências afetivas e sexuais e leva essas mulheres a experiências de solidão. Para tal, foi realizado uma coleta de narrativas por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais foram mencionadas com

o levantamento bibliográfico sobre a solidão da mulher preta, tendo como principais categorias de análise, o racismo estrutural, a identidade da mulher preta e suas relações afetivas sexuais.

4.1 Tipo de pesquisa

Foi realizada a pesquisa qualitativa, pois nesta abordagem é possível adotar uma multiplicidade de métodos com o intuito de melhor compreender, tanto a profundidade dos fenômenos estudados quanto os sujeitos, comportamentos e percepções relacionados a eles. Buscou-se abordar, de maneira breve, um panorama sobre a construção social da mulher preta e sua construção perpassada pelo racismo estrutural tendo como consequência as experiências de solidão.

4.2 Sujeitos do estudo

Esta pesquisa teve como população alvo mulheres pretas que se reconhecem e identificam-se enquanto tal. Além dos critérios previamente estabelecidos, citados anteriormente, utilizou-se o método de amostragem não probabilística intencional para aplicação dos formulários, uma vez que a amostra precisava ser constituída de forma simples e voluntária, mas, com o intermédio do critério de exclusão de duas camadas interseccionais, gênero e raça. A análise não probabilística intencional permite o voluntariado dos participantes o que possibilita entrevistas sequenciais, utilizando da própria intencionalidade do participante (OLIVEIRA, 2018).

4.4 Coletas de dados

A coleta de dados (narrativas) para a presente pesquisa deu-se através de um questionário contendo quatorze perguntas. O questionário foi realizado na plataforma do Google Forms e apresentado de forma online nas redes sociais: *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram* e pelo *E-mail*. O questionário ficou acessível durante oito dias, entre 21 e 29 de março de 2023.

No total, trinta e seis pessoas responderam ao questionário. Em uma das questões foi feito o convite para participarem de uma entrevista através do aplicativo Zoom. Foram selecionadas, através do critério disponibilidade e abertura para entrevista, o total de quatorze pessoas, havendo um retorno de seis participantes.

Nesta pesquisa foram utilizadas entrevistas individuais, verbalizadas, semiestruturadas, dando maiores possibilidades de o pesquisador buscar informações que julgar pertinente ao problema de pesquisa em questão, e possibilitando o entrevistado levar para as entrevistas informações que não foram previamente pensadas ou perguntadas pelo pesquisador.

4.5 Procedimentos para a entrevista

Após a aprovação do projeto, por parte do comitê de ética do UNIPTAN, foi disponibilizado, pelos meios de comunicação, o formulário eletrônico e a partir dele os quatorze participantes que se disponibilizaram à entrevista foram contatados via *WhatsApp* para consulta do real interesse e agendamento das mesmas. A participação se deu de forma espontânea e voluntária. Antes de qualquer procedimento, os voluntários foram informados sobre os objetivos e implicações da pesquisa, e foi solicitado a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, no qual consta as informações e objetivos da pesquisa.

Prezou-se por utilizar plataformas de reuniões virtuais disponíveis e acessíveis, de modo a não comprometer a saúde dos participantes, uma vez que ainda acontecia, de forma minimizada, o contexto pandêmico e de não comprometer a execução da pesquisa. Desse modo, as entrevistas e os registros foram realizados utilizando o aplicativo *Zoom* e suas possibilidades de gravação, com esclarecimentos prévios sobre participação voluntária e sobre a possibilidade de encerramento do procedimento a qualquer momento, a pedido de qualquer uma das partes.

4.6 Análise dos dados

A análise dos dados se deu segundo o método hermenêutico dialético (MINAYO, 2002). A escolha do método de análise se deu diante da necessidade de entender os participantes como atores sociais, ou seja, analisar os dados considerando o contexto sócio-histórico econômico e político do qual eles foram coletados. Para aplicação da análise hermenêutica dialética, são necessários dois momentos: o primeiro nível de interpretação, ou seja, foi realizado uma revisão e sistematização bibliográfica que foi base para contextualizar os fenômenos observados e averiguar a viabilidade das categorias de análise propostas e indicadas para coleta de dados. O segundo nível interpretação: a organização e mapeamento e classificação dos dados coletados para serem aplicados junto às categorias de análise e realizar, assim, a análise final, que consiste na aproximação dos dados às referências bibliográficas mencionadas e verificação da hipótese de pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão analisadas as falas das entrevistadas com o objetivo de compreender como a construção da mulher preta, calcada no racismo estrutural brasileiro, influencia nas vivências afetivas e sexuais, e leva essas mulheres a experiências de solidão. É importante ressaltar que foram seis pessoas entrevistadas. Foram resguardadas as identidades, nas citações todas foram identificados como pessoas do sexo feminino e utilizamos a palavra ENTREVISTADAS para referir às participantes. Além disso, foram numeradas de 1 a 6, de maneira aleatória, não necessariamente na ordem das entrevistas, em uma tentativa de que nem os entrevistados se identifiquem. Sendo denominadas, portanto, como ENTREVISTADA 1, ENTREVISTADA 2, ENTREVISTADA 3, ENTREVISTADA 4, ENTREVISTADA 5 E ENTREVISTADA 6.

Lembrando que as respostas foram transcritas exatamente da mesma forma que as entrevistadas responderam, podendo conter registros da linguagem oral e informal.

5.1 Racismo Estrutural

Silvio Almeida (2018) ao considerar o racismo como parte integrante do tecido social não exclui a responsabilidade dos indivíduos que se envolvem em comportamentos racistas. Compreender o racismo como estrutura social, responsabiliza a sociedade de ser responsável diante de práticas discriminatórias e estereótipos.

Entrevistada 1: [...] sempre fui rodeada de pessoas brancas né é eu tinha dificuldade principalmente com cabelo né. Por exemplo, daí eu morava em Jaraguá do Sul, morei lá e lá todo estava com pessoas brancas, cabelo liso, pessoas brancas e então foi bem difícil para mim aceitar o meu cabelo. Eu gostava do meu cabelo, mas eu senti que era meio proibido eu falar sabe que eu gostava no meu cabelo então foi uma coisa que me marcou muito. Eu acho que eu ia no sexto ano é que eu estava brincando a gente estava correndo atrás do menino que estava incomodando, a menina popular da sala e aí de repente ela parou olhou para mim e falou assim: “ai eu queria ser bem preta bem preta bem feia assim que nem tu.” Aí eu fiquei assim tipo tava me chamando de feia ou que é assim aquele momento assim marcou bastante isso e eu ainda estava numa fase de não aceitar quem eu era, foi bem complicado assim. Já no ensino médio, eu acredito até mesmo que com o YouTube essas redes sociais eu comecei a me aceitar mais fui procurando como cuidar do meu cabelo foi ali que eu fui melhorando mesmo fui gostando de ser quem eu era não é e só melhorei nessa questão quando eu gostei de quem eu realmente era[...].

Silenciar sobre esses acontecimentos pode ser considerando, segundo Almeida (2018) como uma forma de perpetuar o apartheid. O racismo, por meio de um processo de constituição de atores, cria um conjunto de princípios “certos” e “razoáveis” para sustentar a desigualdade

racial. A mídia, a indústria cultural e as instituições educacionais estão constantemente trazendo à tona ideias que moldam o imaginário social a partir de uma perspectiva racista.

Entrevistada 2: [...] isso aí é bem nítido a começar até mesmo que eu já vi que eu tenho um grupo de mulheres e tem várias histórias né? Eu já vi acontecer da pessoa foi ver, por exemplo, uma vaga de emprego não tinha nenhuma outra questão, não tinha nada assim que impedisse que a vaga fosse dela...foi a cor ...ainda a mulher a entrevistadora falou que ela não tinha perfil, que tipo assim, não atingiu o nível que eles estavam precisando ou seja não era o padrão que eles estavam querendo. Então isso é influência e muito prejudica porque é muito difícil porque a maioria das mulheres negras agora sim estão se desenvolvendo e tendo um nível de instrução maior, mas as mais prejudicadas são as que têm um nível social mais baixo[...].

As mulheres pretas enfrentam inúmeros obstáculos ao ingressarem no mercado de trabalho. Essas barreiras estão profundamente enraizadas em questões histórico-culturais, como a desigualdade de classe, a falta de recursos financeiros, a escassez de oportunidades educacionais superiores, bem como o preconceito baseado na cor da pele e no tipo de cabelo, que não se enquadram nos padrões impostos pela sociedade. É importante destacar que essas dificuldades não são apenas desafios individuais, mas sim reflexos de um sistema que precisa ser transformado. A inclusão e a igualdade no mercado de trabalho não devem ser apenas uma preocupação das mulheres negras, mas sim de toda a sociedade, pois todos nós nos beneficiamos quando há diversidade e representatividade. É fundamental que empresas e instituições adotem políticas e práticas inclusivas, garantindo oportunidades equitativas para todas as pessoas, independentemente de sua cor de pele ou origem étnica (SILVA et al., 2020).

5.2 A mulher preta e os estereótipos

As diferentes etnias, raças, culturas, sotaques e religiões existentes no Brasil dão ao país uma imagem de altamente miscigenado. Mas essa diversidade entra em contraste com as desigualdades. Há um abismo social enfrentado pelas pessoas negras. Quando se adentra no recorte de gênero é possível mostrar o quanto o desequilíbrio social e o racismo estrutural são suportados de maneira ainda mais intensa pelas mulheres pretas.

O racismo estrutural e os estereótipos estabelecidos pela sociedade para as mulheres pretas fazem com que estas tenham uma dificuldade de se identificarem como tais. As mulheres pretas que não têm a pele retinta ainda têm a dificuldade de se reconhecerem e serem reconhecidas como mulheres pretas, sendo um processo tardio de reconhecimento da própria raça. Isso ocorre pelo preconceito, por uma construção social que traz termos como “moreninha” “escurinha” ou “mulata”.

Entrevistada 3: *Assim eu tenho na verdade parentes retintos na minha família mas eu só comecei a me identificar mesmo como uma mulher preta e também de certa parte indígena foi o ano passado. Porque, até então, eu só tinha ciência da minha parte indígena. Eu não tinha muita essa percepção de que eu também poderia ser negra devido a minha descendência e tudo mais. Foi um processo assim, bem, foi até um pouco meio doido assim porque foi quando eu estava conversando com uma amiga. Aí ela falou: “Entrevistada 3, eu e você nós não somos retintas mas nós somos consideradas mulheres negras” Aí eu fui e fiquei pensando e falei é verdade aí foi assim que aconteceu eu totalmente porque a gente tem essa dificuldade né.*

O estereótipo de “trabalhadora doméstica”, “musa do Carnaval”, “mulher sensual” marcam as mulheres pretas e criam uma imagem irreal. A sociedade vê o corpo da mulher preta como um corpo super explorado pelo seu trabalho e pela sua sexualidade. Essa construção social acaba por influenciar negativamente nas relações amorosas das mulheres pretas. A mulher preta é vista como a mulher de relações passageiras, não assumida pelo parceiro, tendo como base o sexo. É muito comum que estas sejam preteridas e trocadas por mulheres brancas (GONZÁLEZ, 2017).

Entrevistada 4: *[...] Por conta do racismo, é comum que garotas afrodescendentes sejam preteridas em relações amorosas e que seus parceiros as coloquem apenas como parceiras sexuais. Isto porque o racismo estrutural faz com que a mulher negra seja vista somente como “amigas”. Da infância até os dias de hoje eu nunca fui a mais bonita da turma, eu era menina preta do cabelo “duro” ou de “Bombril” amiga da menina branca que só servia para falar com durante os romances da adolescência. Me faz lembrar em uma certa vez onde estava com um ficante uma história que durou um longo tempo ao ponto de ultrapassar mais de um ano e conversei para saber como iria ficar nossa relação ele disse que não estava preparado para assumir um relacionamento e logo após assumiu uma mulher branca, ou seja, eu fui usada para ser o objeto de satisfação de seu prazer e não era a pessoa para ser assumida e como todos os outros eu era a amiga [...].*

Outro estereótipo comum é o da “preta raivosa”, ou seja, a imagem da mulher preta está ligada ao de uma mulher “brigona”, “barraqueira” de “baixo nível”. Essa imagem foi construída através da mídia por personagens de novelas, filmes, seriados e até mesmo por participantes de reality shows.

Entrevistada 5: *[...] então aí depende da situação, depende do tipo de preconceito age de uma forma né se for um preconceito mais explícito né meu você também explicita amor né vou é me embora através da tem a questão de lei ou coisa assim mas assim, eu vejo muito é do Brasil e também em Santa Catarina não é diferente as coisas são mais implícitas são mais subjetivas são mais velada não são não são muito bom como tu falar essa é a questão de piadinhas de brincadeiras né então é eu vou demonstrando que eu não estou contente com aquele tipo de brincadeira o pessoal vai perceber tem pai assim mudando o comportamento em relação a ameaças não fazem esse tipo de brincadeira daí você a segue aí você é mal humorada né aí eu acho que lá por dentro entre eles falam é é nega metida isso tá muito mal humorada né já teve eu lembramos atrás na minha área brincadeira não colegas de trabalho muita brincadeira assim né eu não lembro muito mais é como relacionar Neguinho curou coisa assim ó e eu eu me me coloquei diante dele que eu não gostava daquele tipo de*

brincadeira aí chegou queimada tu não sabe brincar não sei contigo não dá para brincar porque tu é grossa então eu não sou grossa é ele sempre vê a neguinha [...]

Entrevistada 6: *Sim pois a ausência do homem negro também está atrelada à liberdade nos relacionamentos, com o respaldo de uma sociedade que não condena esse tipo de comportamento, pelo contrário, apoia quando reforça o estereótipo do homem negro como reprodutor, sujeito desprovido de afetos e viril. Apesar de todos os esforços e estudos, a imagem do homem negro ainda está associada ao estereótipo da virilidade, do erótico, o que torna os sentimentos desse homem secundários e marginalizados e, a partir desses ideais são transformados em objetos. A consequência dessas múltiplas relações é refletida nas estruturas familiares em que a figura paterna é ausente. A mulher assume a centralidade e a maternidade de forma compulsória e solitária. São essas mulheres as conhecidas “mães solo”. A partir das quais a estrutura familiar é composta por esta mãe e o fruto da relação. Longe de ser uma realidade isolada, é muito comum a criação e os cuidados da criança se tornarem responsabilidade de membros familiares como os irmãos (principalmente as irmãs), avós (a figura da avó) e os tios e tias, para que a figura central, a mãe, possa garantir a sobrevivência.*

A imagem da mulher preta como um objeto sexual cuja possibilidade de reconhecimento mútuo nas relações amorosas e afetivas não é reconhecida. É uma espécie de preconceito racial que marca a incompetência física, neste caso a falta de aptidão para relacionamentos mais profundos. Esse é o aspecto do padrão que observamos, questionando a regularidade das representações que limitam as mulheres negras e mestiças em posições de poder, mentes individuais em diferentes relações sociais. Muitas dessas mesmas mulheres sofrem com o abandono do lar e dos filhos, assumindo o papel de mãe e de pai, assim como a chefia da casa. A desumanização da mulher passa pela erotização dos seus corpos, pelo abandono afetivo e pela exclusão do acesso a muitos direitos

Essa desumanização é fundamentada no racismo estrutural. Segundo Almeida (2018), o racismo funciona ideologicamente, pois entende-se que a ideologia é implementada como uma prática social destinada a representar uma determinada realidade. No entanto, as descrições que conhecemos não são a realidade, mas construções elaboradas segundo normas e padrões que não refletem fielmente a realidade. Na visão do autor, uma pessoa não nasce nem branca e nem negra, mas torna-se assim quando seu corpo e mente estão conectados a uma rede compartilhada de significados comuns; a existência (ALMEIDA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, considerando o referencial teórico e as entrevistas realizadas, que a solidão da mulher preta tem sua origem no racismo estrutural, no estereótipo criado para essa mulher, pelo histórico social em que os pretos foram inseridos na sociedade brasileira através

da escravidão. O racismo estrutural é enraizado em nossa sociedade nas atitudes e na forma de lidar e se relacionar com as pessoas pretas, na qual estão sempre correlacionadas a violência, a marginalidade, a exploração, ao não protagonismo e a ideia de servidão.

Como mulher preta, minha jornada tem sido marcada por desafios, mas também por superações significativas. A dificuldade em aceitar meu cabelo crespo e a exclusão em grupos de trabalho escolares foram apenas alguns dos obstáculos que enfrentei ao longo do caminho.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2020.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ASSIS, Daiane Conceição. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, 2019.
- BERNANDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Est. Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aaa/a/3xQ6wKrtF8nn4vWy3wprpp/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia**, v. 6, p. 201-218, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/nCZxGgFhN8MVtq8C9kVCPwb/?...NUNES>. Acesso em: 02 jul. 2023.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2009.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro De Segurança Pública de 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/20-anuario-2022-as-820-mil-vidas-sob-a-tutela-do-estado.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2017.
- GUIMARÃES, Flávia Romero, NEWTON, Paula Cristina da Costa. Diz-se parda, para não se dizer negra: autodeclaração entre trabalhadoras domésticas sindicalizadas e não sindicalizadas do Brasil. **Rev. Bras. de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 3, n. 2, p. 128-143, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/3cb2/3919dffb2c9efb3b6f09ec5a165b2146fe9f.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2023.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa De Condições De Vida – Definição e Mensuração da Pobreza na Região Metropolitana de São Paulo – Uma Abordagem Multissensorial**. São Paulo, Dezembro de 1992.
- HOOKS, Bell. **Eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2008.** Características Étnico-Raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

LÓPEZ, Laura Cecília. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface- Comunic. Saúde e Educ.**, v. 16, n. 40, p. 121-134, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hxpmJ5PB3XsWkHZNwrHv4Dv/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro. MELO, Vico Dênis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30132>. Acesso em: 04 jul. 2023.

MAGGIE, Yanne. Os novos bacharéis: A experiência do prévestibular para negros e carentes. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 59, p. 193-202, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos. SANTOS, Nayara Cristina Santana. Solidão tem cor? Uma análise sobre a afetividade das mulheres negras. **Interfaces Científicas - Humanas E Sociais**, v. 7, n. 2, p. 9–20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4463/3070>. Acesso em: 12 abr. 2023.

OLIVEIRA, José Sérgio Casé de. **Estatística aplicada às ciências sociais aplicadas II**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018, 112 p. Disponível em: file:///C:/Users/55359/Downloads/eBook_Estat%C3%ADstica_para_Ci%C3%A4ncias_Sociais_Aplicadas_II_UFBA.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: EDUFBA, Coleção Temas Afro, 2013.

PAIVA, Tamire Thomaz, PIMENTEL, Carlos Eduardo, MOURA Giovanna Barroca. Violência conjugal e suas relações com autoestima, personalidade e satisfação com a vida. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 215-227, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n2/07.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7232729/mod_resource/content/1/Quijano.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

ROCHA, J. G. da. De preto a afrodescendente: implicações terminológicas. In: **Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, v. 14, n. 2, 2010, Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro:

CiFEFiL, Cadernos do CNLF, p. 899-907. Disponível em:
http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/899-907.pdf. Acesso em: 08 abr. 2023.

SILVA, Maria Fernando Sousa. **A Solidão da Mulher Negra:** a “cor do amor” em relacionamentos conjugais. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio. Juazeiro do Norte - CE, p. 17, 2021. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1513.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2023.

SILVA et al. **Interseccionalidades em pauta:** gênero, raça, sexualidade e classe social. Salvador: EDUFBA, 2020.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra:** sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo - SP, p. 185, 2008. Disponível em:
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3915/1/Claudete%20Alves%20da%20Silva%20Souza.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.

VIEIRA, Camilla Gabrielle Gomes. Experiências de Solidão da Mulher Negra como repercussão do Racismo Estrutural Brasileiro. **Pretextos**, v. 5, n. 1, p. 292-311, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22458/17946>. Acesso em: 15 abr. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de TCC “**A Solidão da Mulher Preta**”, coordenada pela acadêmica de psicologia Camila Cássia Carvalho Silva do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

Sobre o objetivo geral

Compreender como a construção da mulher preta calcada no racismo estrutural brasileiro influência nas vivências afetivos e sexuais leva essas mulheres a experiências de solidão.

Por que o participante está sendo convidado (critério de inclusão)

O convite a sua participação se deve à sua disponibilidade para participar de uma reunião online através do Zoom Meeting para conversar sobre suas experiências na empresa em que trabalhou/trabalha durante o período de pandemia. A sua participação é voluntária, isto é, ela **não é obrigatória**, possuindo plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas.

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste documento.

Identificação do participante ao longo da pesquisa

No presente projeto, você será identificado pelas iniciais de seu nome, bem como, um número que será intransferível.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa

A sua participação consistirá em participar de uma entrevista online pelo *Zoom Meeting* para falar sobre suas experiências de trabalho durante a pandemia.

Tempo de duração da entrevista/procedimento/experimento

A participação na entrevista ocorrerá uma única vez, na data de assinatura deste termo, e terá

a duração de até 01 (UMA) hora. Contará com a presença de outros dois participantes, sendo estes os escritores do projeto e poderá ser interrompida caso você solicite.

Guarda dos dados e material coletados na pesquisa

Os temas discutidos na entrevista serão registrados em diário de campo pela pesquisadora e seus orientandos, com acesso restrito aos mesmos.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEPESJ.

Explicitar benefícios diretos (individuais ou coletivos) ou indiretos aos participantes da pesquisa

O objetivo da pesquisa é compreender como a construção da mulher preta calcada no racismo estrutural brasileiro influencia nas vivências afetivas e sexuais leva essas mulheres a experiências de solidão.

Previsão de riscos ou desconfortos e procedimentos para minimizá-los

A participação na pesquisa não acarreta riscos significativos de ordem física, moral ou psicológica para você, mas, caso haja algum tipo de desconforto, caso não se sinta à vontade para se expressar na entrevista, você terá toda a liberdade para se manter em silêncio, para não participar ou para sair da entrevista. Você terá todo o apoio necessário da equipe de pesquisadores.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa

Os resultados gerais poderão ser divulgados em palestras dirigidas ao público participante e em comunicações e artigos científicos. Os resultados de forma individual serão repassados aos participantes estando a equipe de pesquisadores à disposição para eventuais esclarecimentos.

Uso da Imagem

Não serão feitas quaisquer imagens durante a realização deste estudo.

Considerações finais:

Não haverá nenhum custo pela sua participação neste estudo.

Por favor, sinta-se à vontade para fazer qualquer pergunta sobre este estudo ou sobre os seus direitos como participante. Se outras perguntas surgirem mais tarde, poderá entrar em contato com os pesquisadores.

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da CEPESJ. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade”.

Tel e Fax - (0XX) 32- 3379- 5598 e-mail: cepesj@ufs.br

Endereço: Praça Dom Helvécio, 74, Bairro, Dom Bosco, São João del-Rei, Minas Gerais, cep:

36301-160, Campus Dom Bosco

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep): Tel: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879 e-mail: conep@saude.gov.br

Contato com os pesquisadores (as) responsáveis:

Jessika Pereira Damásio

E-mail: profjessikadamasio@gmail.com Telefone: (31) 9 93071744

Camila Cássia Carvalho Silva

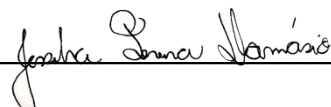
E-mail: camilasilva30854@gmail.com Telefone: (32) 32 9830-2019

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação e/ou de minha criança na pesquisa e concordo em participar. Declaro que este documento foi elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada (s).

São João del-Rei, _____ de _____ de _____.

Nome do Responsável

Assinatura do Responsável



Nome do Pesquisador



Assinatura do Pesquisador

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – Questionário sobre o Projeto de Pesquisa Intitulado “A Solidão da Mulher Preta”

1. Qual é a sua idade?

Menos de 18 anos
 Entre 18 e 25 anos
 Entre 26 e 35 anos
 Entre 36 e 45 anos
 Entre 46 e 55 anos
 Mais de 55 anos

2. Identidade de gênero

Identidade de gênero é a forma como uma pessoa se percebe e se identifica em relação ao seu gênero, seja ele masculino, feminino, não-binário ou qualquer outro. A identidade de gênero não é necessariamente determinada pelo sexo biológico, pelos órgãos genitais ou pelos papéis de gênero socialmente atribuídos à pessoa.

Uma pessoa pode se identificar com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer (cisgênero) ou pode se identificar com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído (transgênero). Também existem pessoas que não se identificam com nenhum gênero ou se identificam com um gênero fluido, cuja identidade de gênero pode mudar ao longo do tempo.

A identidade de gênero é uma parte fundamental da identidade de uma pessoa e pode ter um impacto significativo em sua vida e nas relações com os outros. É importante respeitar a identidade de gênero de cada pessoa e tratá-las de acordo com o gênero com o qual se identificam, independentemente de sua aparência física, nome ou outras características.

Mulher cisgênero (identidade de gênero feminina e foi designada mulher ao nascer)

Mulher trans (identidade de gênero feminina, mas foi designada homem ao nascer)

Não-binário (não se identifica como exclusivamente feminino ou masculino)

Gênero fluido (identidade de gênero que pode mudar ao longo do tempo)

Agênero (ausência de gênero ou identificação com um gênero neutro)

Outro

3. Orientação sexual

Orientação sexual é a atração emocional, romântica e/ou sexual que uma pessoa sente em relação a outras pessoas. A orientação sexual pode ser heterossexual (atração por pessoas do gênero oposto), homossexual (atração por pessoas do mesmo gênero), bissexual (atração por pessoas de ambos os gêneros) ou pansexual (atração por pessoas independentemente do gênero).

A orientação sexual de uma pessoa é uma parte importante da sua identidade e pode ter um impacto significativo em sua vida e nas relações interpessoais. É importante respeitar a orientação sexual de cada indivíduo e tratar todas as pessoas com respeito e dignidade, independentemente de sua orientação sexual.

Heterossexual: sente atração por uma pessoa do gênero oposto ao seu.

Homossexual: sente-se atraída por alguém do mesmo gênero.

Bissexual: sente atração pelos gêneros feminino e masculino.

Pansexual: sente atração por outras pessoas, independentemente se é gay, hétero, bi, masculina, feminina, transgênera, não binária etc.

Assexual: não sente nenhum tipo de desejo/atração sexual ou afetiva.

Outro:

4. Qual é a sua cor? Como você se identifica?

Negra/ Preta

Parda

Outro:

4.1 Como foi o processo de reconhecimento da sua identidade Negra/Parda/Dentre outras?

É importante lembrar que cada indivíduo tem sua própria maneira de se identificar, então é importante ser respeitoso e inclusivo ao fazer perguntas sobre raça e etnia. Além disso, é importante lembrar que a cor da pele de uma pessoa não determina sua personalidade, habilidades ou caráter.

"Gostaríamos de saber como você se identifica em relação à sua raça/etnia e como isso se desenvolveu ao longo do tempo. Pedimos que responda com sinceridade e conforto, lembrando que suas respostas serão tratadas com respeito e privacidade. Entendemos que a identidade racial é um assunto pessoal e importante, por isso, agradecemos sua participação em nosso questionário sobre diversidade."

5. Quando você começou a se reconhecer enquanto mulher negra?

Desde a infância

Desde a adolescência

Já na idade adulta

5.1 Já sofreu racismo?

Sim

Não

5.2 Caso sim, quantas vezes?

5.3 Você se sente diferente por ser mulher preta, negra ou parda?

Sim

Não

Muito

Pouco

Intermediário

5.4 De que forma você já enfrentou situações de racismo por ser mulher negra? Como essas situações afetaram você?

5.5 Já sentiu que sua cor influenciou nas suas relações afetivas sexuais

Sim
 Não
 Pouco
 Intermediário
 Muito

6. Deseja participar da nossa entrevista pelo Zoom?

Seria uma honra ter a sua participação em nossa entrevista por meio do Zoom. Sua presença certamente traria uma valiosa contribuição para o nosso evento. Se estiver disponível, ficaremos extremamente gratos por sua participação em nossa videoconferência.

Sim
 Não

6.2 Caso a resposta seja afirmativa, por favor, informe-nos o seu *e-mail* e número de *WhatsApp* pessoal para que possamos entrar em contato.

Fornecer um endereço de *e-mail* e número de *WhatsApp* pessoal para pesquisas realizadas pelo *Zoom* pode ser importante por algumas razões:

1. Contato para confirmação: Se a pesquisa exigir a confirmação da participação, o pesquisador pode usar esses meios de comunicação para entrar em contato com os participantes e solicitar a confirmação de participação.
2. Comunicação adicional: O pesquisador pode precisar se comunicar com os participantes para fornecer informações adicionais sobre a pesquisa, como datas, horários, localização, instruções, entre outras informações.
3. Feedback e respostas adicionais: O pesquisador pode desejar solicitar feedback ou respostas adicionais dos participantes após a pesquisa ter sido concluída e, para isso, é necessário ter um meio de comunicação para enviar essas solicitações.
4. Personalização da pesquisa: Em alguns casos, pode ser necessário personalizar a pesquisa para se adequar às necessidades específicas de cada participante, o que pode ser feito por meio de comunicação direta com o participante via *e-mail* ou *WhatsApp*.

Em resumo, fornecer um endereço de *e-mail* e número de *WhatsApp* pessoal para pesquisas realizadas pelo *Zoom* pode ser crucial para garantir uma comunicação eficaz entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, bem como para personalizar a pesquisa.

6.3 Seu Endereço de *E-mail* pessoal

6.4 Seu Número de *WhatsApp* juntamente com o respectivo DDD

APÊNDICE C - Entrevista no Zoom

- 1) Como você se identificou como mulher negra e como foi esse processo para você?
- 2) Como uma mulher negra, você já vivenciou algum tipo de racismo? Se sim, poderia compartilhar como foi essa experiência?
- 3) Em sua opinião, existe uma diferença significativa na forma como a sociedade trata uma mulher negra em comparação a outras mulheres? Se sim, de que maneira isso se manifesta?
- 4) Você acredita que ser uma mulher negra pode ter alguma influência em seus relacionamentos afetivos? Se sim, de que forma?
- 5) Quando confrontada com situações de discriminação ou preconceito, quais estratégias ou saídas você costuma utilizar para lidar com essas situações?